

OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº 156

Período: 12/02/05 a 18/02/05

Franca – Brasil

- 1- Exército brasileiro se pronuncia sobre envolvimento em morte de criança no Haiti
- 2- Governo brasileiro pretende selar cooperação internacional para abertura dos arquivos secretos
- 3- Concluído inquérito sobre documentos destruídos encontrados na Base Aérea de Salvador
- 4- Documentos da ditadura militar abordam enriquecimento ilícito de políticos e vigilância de opositores
- 5- Venezuela busca “aliança estratégica” durante visita de Presidente brasileiro
- 6- Marinha brasileira prepara defesa de plataformas de petróleo
- 7- Exército ajuda a combater cólera em Pernambuco
- 8- Exército atua para amenizar conflito por terras no Pará
- 9- Preso morre em cela do Exército

Exército brasileiro se pronuncia sobre envolvimento em morte de criança no Haiti

Segundo o *Jornal do Brasil*, as forças brasileiras que comandam a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (Minustah) negaram que tenham disparado tiros ou participado da invasão da residência de ex-soldados rebeldes na periferia de Porto Príncipe, capital do Haiti. Durante a operação, realizada pela polícia haitiana, uma menina foi baleada e morreu. De acordo com o comandante brasileiro Carlos Chagas, o Exército brasileiro não foi consultado, nem colaborou no planejamento ou coordenação da operação. Além disso, o comandante afirmou que a polícia do Haiti é soberana e, dessa forma, não é obrigada a aceitar ajuda da Minustah. Já o jornal *Folha de S. Paulo* publicou que a ação da polícia contou com o apoio de um blindado leve da Minustah. O comandante das forças militares da Organização das Nações Unidas (ONU), o general brasileiro Augusto Heleno Ribeiro Pereira, disse à *Folha* que a polícia haitiana solicitou apoio para a operação que invadiu a base dos ex-soldados. (*Folha de S. Paulo – Mundo – 12/02/05; Jornal do Brasil – Internacional – 12/02/05*).

Governo brasileiro pretende selar cooperação internacional para abertura dos arquivos secretos

O jornal *O Estado de S. Paulo* informou que, apesar da resistência de alguns setores das Forças Armadas, o governo brasileiro fechará um acordo de cooperação com os governos dos países do Mercosul (Argentina, Uruguai e Paraguai), mais Chile e Bolívia, para que haja troca de informações que possam esclarecer crimes políticos e localizar corpos desaparecidos durante o período das ditaduras militares na região (anos 60 a 80). Outro objetivo do acordo é ajudar na

abertura dos arquivos do regime militar brasileiro (1964 a 1985), e assim subsidiar os processos de indenização aos familiares das vítimas da ditadura. Segundo o *Estado*, o ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos, Nilmário Miranda, declarou que “os militares estão comprometidos com o processo democrático do Brasil”, e as críticas dos integrantes das Forças Armadas ao acordo de cooperação são isoladas. O primeiro encontro entre as altas autoridades em direitos humanos dos países citados ocorrerá no mês de maio e tratará dos termos de um tratado internacional para selar a cooperação. A reunião será realizada sob a chancela da Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), e contará com a participação de ONGs (organizações não-governamentais) de direitos humanos dos países participantes e seus representantes. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 12/02/05).

Concluído inquérito sobre documentos destruídos encontrados na Base Aérea de Salvador

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, o Inquérito Policial Militar (IPM), aberto no dia 12 de Dezembro de 2004 para apurar denúncia de que a Força Aérea Brasileira (FAB) estaria destruindo documentos do regime militar (1964 a 1985), chegou à conclusão de que os papéis foram levados para a Base Aérea de Salvador após serem queimados. Entretanto, o inquérito não explica como os documentos destruídos chegaram à base, nem indica o lugar onde foram queimados. O IPM, que foi presidido pelo brigadeiro Ramon Borges Cardoso e embasado na perícia da Polícia Federal, será entregue pelo Comando da Aeronáutica à Justiça Militar da Bahia. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 12/02/05).

Documentos da ditadura militar abordam enriquecimento ilícito de políticos e vigilância de opositores

O jornal *O Estado de S. Paulo* informou que nos documentos referentes às investigações de enriquecimento ilícito durante o regime militar (1964-1985) que estão atualmente no Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro, encontra-se um documento do ano de 1978 enviado pelo então ministro da Justiça, Armando Falcão, para o Presidente da República, Ernesto Geisel, pedindo orientação sobre como proceder diante das investigações de enriquecimento ilícito envolvendo o então senador Orestes Quércia, líder do Movimento Democrático Brasileiro - partido de oposição à ditadura - . Segundo o jornal, Falcão relatou as dificuldades de encontrar provas, mas sugeriu que a apuração da Comissão Geral de Investigações continuasse, o que foi aceito pelo então Presidente. Além deste documento, o jornal informou que também pode ser encontrado um ofício enviado por Quércia ao Ministério da Justiça, em 29 de janeiro de 1979, pedindo a liberação dos bens e o encerramento da "investigação sumária". No pedido, o senador defende-se, dizendo que nada foi provado contra ele. No entanto, em entrevista ao *Estado*, Orestes Quércia afirmou que não se lembra de tal ofício e diz ter enviado outro ofício, na época, pedindo uma investigação sobre os desaparecidos políticos. Outro documento presente no acervo da Divisão de

Segurança e Informação (DSI) é um informe sobre "manobras pouco recomendáveis" do ex-prefeito e ex-governador de São Paulo, Paulo Maluf. Em 1978, foi enviado ao ministro Armando Falcão pela DSI um informe que afirmava ser "público e notório" que Maluf assumiu a presidência da Caixa Econômica Federal de São Paulo "corrompendo elementos da roda íntima do falecido general Arthur da Costa e Silva". Outra matéria no mesmo jornal descreve que documentos confidenciais produzidos pela DSI entre 1980 e 1984, também localizados no Arquivo Nacional, mostram a tensão com a abertura política, a preocupação com a criação de partidos e associações de direitos humanos e a presença de militantes de esquerda em cargos públicos. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 13/02/2005).

Venezuela busca “aliança estratégica” durante visita de Presidente brasileiro

No último dia 13, os jornais *O Estado de S. Paulo*, *O Globo*, *Folha de S. Paulo* e *Jornal do Brasil* noticiaram que o Presidente venezuelano Hugo Chávez informou que durante a visita do Presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva à Venezuela seriam assinados aproximadamente 20 documentos, entre eles uma declaração conjunta e uma série de acordos, envolvendo os setores de “petróleo, infraestrutura, ciência e tecnologia, medicina, cultura e apoio militar”. Chávez definiu esses acordos como uma aliança estratégica entre Brasil e Venezuela, citando especialmente um possível acordo entre as empresas petrolíferas estatais desses países (a Petrobrás do Brasil e a PDVSA da Venezuela), bem como a provável compra de aviões Tucano da Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer) pela Força Aérea Venezuelana. O jornal *O Estado de S. Paulo* veiculou uma afirmação de Chávez, na qual ele diz que o governo dos Estados Unidos está retardando o fornecimento de peças de reposição dos caça-bombardeiros F-16 adquiridos na década de 80 e que, devido a isso, a Venezuela está diminuindo gradativamente sua capacidade operacional. Segundo informou o *Jornal do Brasil*, o Presidente venezuelano destacou que essa aliança é indispensável ao processo de integração da América Latina e depende da “vontade política” do Presidente brasileiro. De acordo com *O Estado de S. Paulo*, entre os acordos também está a venda de caças AMXT, da Embraer, para o treinamento de combate da Força Aérea Venezuelana (FAV). O *Estado* informou que esse acordo, no valor de US\$ 300 milhões, será uma operação casada, já que o Brasil teria, como contrapartida, a transferência de tecnologia para que a Venezuela produza parte das peças de fabricação dessas aeronaves, além do comprometimento em instalar, na Venezuela, uma linha de produção do avião agrícola Ipanema. A expectativa é que a Embraer monte no Brasil uma linha para a fabricação dos caças AMXT, que depois seria utilizada para a montagem de aviões da Força Aérea Brasileira. (Folha de S. Paulo – O País – 14/02/04; Folha de S. Paulo – Brasil – 15/02/05; Jornal do Brasil – Internacional – 14/02/04; O Estado de S. Paulo – Brasil – 14/02/04; O Estado de S. Paulo – Nacional – 15/02/05; O Globo – O País – 14/02/04; O Globo – O país – 15/02/05).

Marinha brasileira prepara defesa de plataformas de petróleo

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, a Marinha brasileira começará a testar, entre os dias 16 e 18 deste mês, o aparato de defesa das estações de exploração petrolífera a serviço da empresa Petrobrás por meio de uma sofisticada operação de treinamento. Tal operação contará com dez homens da mais secreta unidade militar brasileira, o Grupamento de Mergulhadores de Combate (Grumec), que irão ensaiar o resgate de uma plataforma supostamente atacada e ocupada por terroristas internacionais. Segundo informou o jornal, a preocupação do governo brasileiro com um possível ataque terrorista contra o seu sistema de 120 plataformas de exploração de petróleo cresceu, especialmente, nos últimos três meses, após a Inteligência dos Estados Unidos ter recebido e distribuído um cenário produzido por especialistas do Scowcroft Group – consultoria de risco internacional da Casa Branca que considerou as unidades de extração de óleo cru do fundo do mar "um alvo de primeira linha para o terror", devido à globalização e interdependência da indústria petrolífera. Além dessa simulação que o Grumec realizará, o governo brasileiro designará uma pequena força-tarefa, formada por diversos tipos de embarcações, helicópteros e aviões eletrônicos, para executar a escuta e a vigilância das instalações de retirada de petróleo mais distantes e, eventualmente, mais vulneráveis a um ataque – a P-38 e a P-40 – que operam a quase 200 quilômetros da costa brasileira. Atualmente, a frota de defesa dos 8.500 quilômetros de litoral e 4,5 quilômetros quadrados de plataforma continental oceânica do Brasil é formada por 28 navios que operam com apoio de 20 aviões Emb-111 Bandeirilha, da Força Aérea Brasileira (FAB). Na costa, o armamento utilizado são mísseis anti-navio e foguetes de saturação de área do sistema nacional Astros-II. Esse atual conjunto poderia ser reforçado por helicópteros pesados torpedeiros do tipo Super Puma, combinados com os Lynx, de ataque leve e com os submarinos Tupy. Ainda segundo informações de *O Estado*, uma nova rede de captação de dados de satélite, radares e sensores de proteção está sendo estudada pelo Ministério da Defesa desde junho de 2002, porém os recursos de defesa encontram-se escassos. (*O Estado de S. Paulo – Nacional – 14/02/04*).

Exército ajuda a combater cólera em Pernambuco

De acordo com a *Folha de S. Paulo*, homens do Exército foram enviados a São Bento do Uma, para ajudar a Secretaria Estadual da Saúde de Pernambuco a combater o surto de cólera que atinge a cidade. Os 35 militares e 50 agentes do serviço de Vigilância Ambiental da Secretaria da Saúde estarão realizando visitas domiciliares em seis bairros da cidade. Além de fazerem um trabalho educativo, os militares estão distribuindo hipoclorito de sódio para purificar a água usada pelos moradores. (*Folha de S. Paulo – Cotidiano - 15/02/05*).

Exército atua para amenizar conflito por terras no Pará

De acordo com *O Globo*, o governo federal decidiu, após a repercussão do assassinato da missionária americana Dorothy Stang, reforçar o combate à grilagem de terra no Pará. Segundo o jornal, o governo enviou uma força-tarefa

para a região, com o aumento do contingente de agentes da Polícia Federal, do número de fiscais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (Ibama), além de colocar dois mil homens do Exército para ajudar no patrulhamento, nas ações de regularização das terras, no controle dos focos de tensão e na organização logística. Ademais, relatou a *Folha de S. Paulo*, o governo federal pretende aproveitar a presença do Exército para colocar em dia as fiscalizações de regularização fundiária, desmatamento e cumprimento de leis trabalhistas. O Exército, que possui um convênio de parceria com o Ministério do Meio Ambiente, também está acionando aeronaves na região. A decisão da ação imediata do Exército foi dada a portas fechadas no Palácio do Planalto com 12 ministros, incluindo o vice-presidente e Ministro da Defesa José Alencar. Antes da decisão, Alencar preferiu conversar com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por telefone, e com o comandante do Exército, general Francisco Albuquerque. Lula resolveu antecipar sua viagem de volta ao Brasil para participar também do plano de ações e para dar mais segurança às pessoas que tomarão decisões relativas ao assunto. Segundo a *Folha*, os ministros ainda afirmaram que o governo federal vem fazendo o possível em relação aos assentamentos e ao combate ao desmatamento na região. Este mesmo jornal informou que Lula e Alencar decidiram que a ação do Exército no Pará ocorrerá por tempo indeterminado e que o objetivo da mesma é evitar que a presença militar seja tratada como mais uma ação emergencial. Os homens do Exército que atuam no Pará estão sob o comando do general-de-brigada Jairo César Nass, com sede de comando em Altamira, naquele mesmo estado. De acordo com o comando da Força, serão utilizados inicialmente militares de Manaus (Amazonas), Belém (Pará) e Marabá (Pará). Na ação planejada para o interior do Pará haverá reforço do comando de Recife (Pernambuco), da brigada de pára-quedistas do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro), do comando de operações especiais de Goiânia (Goiás) e do comando de Avião do Exército de Taubaté (São Paulo). A exemplo do caso da atuação de militares brasileiros no Haiti, o Exército criará bases temporárias no Pará. Segundo o *Jornal do Brasil*, o Exército já enviou 110 homens para Anapu, no Oeste do Pará, como parte da Operação Pacajá. As polícias Federal e Civil utilizaram um helicóptero *Black Hawk*, do Exército, para fazer o primeiro reconhecimento aéreo da região onde houve o assassinato da missionária e para onde outros dois helicópteros serão deslocados de Manaus (Amazonas) para Anapu para dar o suporte às polícias. O comandante da operação em Anapu, capitão de infantaria Wanderli Baptista da Silva Júnior, afirmou que as tropas vão fazer patrulhamento nas rotas terrestres da região e depois seguirão para as áreas mais tensas dos conflitos agrários. Além disso, foram enviadas tropas com cerca de 40 homens aos municípios de Porto de Moz, Senador José Porfírio, Pacajá, Parauapebas e Novo Repartimento, no Pará. Os policiais militares vão reforçar as tropas do Exército que já começaram a chegar a Altamira, a 140 quilômetros de Anapu, com o objetivo de que, após a saída do Exército, elas permaneçam na região para garantir a segurança da população e dos agentes do governo que trabalham na área. Ademais, como afirmou o *Estado de S. Paulo*, o governo federal montou uma operação de guerra na selva para capturar os quatro suspeitos do assassinato da freira Dorothy Stang. Além das tropas e dos três

helicópteros, o Exército mandou para o local equipamento sofisticado de operações de selva, que inclui aparelhos de comunicação por satélite Globalsat, veículos de deslocamento em terrenos acidentados, além de cães de guerra e armamento pesado de combate, como fuzis, metralhadoras e granadas. Segundo apurou a *Folha de S. Paulo*, Lula afirmou que almeja ver o Exército e a Polícia Federal (PF) completamente envolvidos na investigação do crime, pois quer uma ação permanente no local. Devido a tal ação, o governo lançou um pacote para coibir a violência e o desmatamento na Amazônia, que inclui a criação de reservas ambientais e a instalação de um gabinete de crises, denominado Gabinete de Gestão Integrado de Crise, com o fim de reforçar a presença de órgãos federais em tal região. O governo está desconfiado da capacidade e da vontade das polícias Civil e Militar de investigar o assassinato da missionária. No Palácio do Planalto, Lula reuniu dez ministros e o vice-presidente e ministro da Defesa, José Alencar, para tratar da instalação do gabinete de crises, ligado ao Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência. Participarão do gabinete funcionários dos ministérios da Justiça, do Meio Ambiente, do Desenvolvimento Agrário, do GSI, do Exército, da PF, do governo do Pará, entre outros. (Folha de S. Paulo – Brasil – 16/02/05; Folha de S. Paulo – Brasil – 17/02/05; Folha de S. Paulo – Brasil – 18/02/05; Jornal do Brasil – Brasil – 17/02/05; Jornal do Brasil – Brasil – 18/02/05; O Estado de S. Paulo – Nacional – 16/02/05; O Estado de S. Paulo – Nacional – 17/05/02; O Estado de S. Paulo – Nacional – 18/02/05; O Globo – O País – 15/02/05; O Globo – O País – 16/02/05; O Globo – O País – 17/02/05; O Globo – O País – 18/02/05).

Preso morre em cela do Exército

De acordo com *O Globo*, o juiz Edmundo Franca de Oliveira, determinou uma rigorosa investigação para saber as circunstâncias da morte de Evandro Alexandre Alves, de 32 anos, ocorrida numa cela do quartel do Primeiro Depósito de Suprimentos do Exército, no Rio de Janeiro. Evandro foi preso quando tentava invadir desarmado o quartel. No dia seguinte, ele foi encontrado enforcado em sua cela. Segundo o jornal, a versão de suicídio dada pelo Exército não convenceu e o caso será investigado pelo Ministério Público Militar. O coronel Edval Freitas Cabral Filho afirmou que foi instaurado um inquérito policial-militar (IPM) para apurar as circunstâncias do fato. O Primeiro Depósito de Suprimento fica localizado numa área cercada de favelas, o que mantém os soldados em alerta permanente, informou o jornal. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 16/02/05; O Globo – Rio – 15/02/05).

SITES DE REFERÊNCIA:

Folha de S. Paulo – www.folha.com.br

Jornal do Brasil – www.jb.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estado.com.br

O Globo – www.oglobo.com.br

*Informamos que as colunas opinativas da *Folha de S. Paulo* e o conteúdo integral de *O Estado de S. Paulo* não estão mais disponíveis gratuitamente na versão *on line*. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a observatorio@franca.unesp.br

O *Informe Brasil*** é uma produção do ***Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES)*** do Centro de Estudos Latino-Americanos (CELA) da Universidade Estadual Paulista (UNESP), coordenado pelo Prof. Dr. Héctor Luis Saint-Pierre. É redigido por Adele Godoy (bolsista PIBIC/CNPq), Ana Cláudia Jaquetto Pereira (bolsista FAPESP) e Guilherme Miranda (graduandos em Relações Internacionais), sob a responsabilidade de Érica Winand (Pós-Graduanda em História/ bolsista CAPES). As informações aqui reproduzidas são de inteira propriedade dos jornais.